

## O HAITI E O PROJETO DE UMA “HISTÓRIA UNIVERSAL” HOJE

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti, and Universal History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009. 164p.

Susan Buck-Morss é provavelmente mais conhecida do leitor brasileiro por seus trabalhos sobre a Escola de Frankfurt e alguns dos seus mais destacados expoentes. Seu livro sobre Walter Benjamin, publicado em 1991, é considerado obra indispensável sobre o filósofo alemão e ganhou tradução brasileira em 2002.<sup>1</sup> Mas além da crítica cultural e estética, Buck-Morss tem também uma obra importante e em pleno curso no campo da teoria social e da filosofia política – matéria que ensina, atualmente, nas universidades americanas de Cornell e CUNY – como demonstra seu último livro, que aqui se resenha.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Susan Buck-Morss, *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto passagens*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

<sup>2</sup> Entre seus livros anteriores incluem-se: *The Origin of Negative Dialectics: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, and the Frankfurt Institute*, Nova York: McMillan Free Press, 1977; *Dreamworld and Catastrophe: The Passing of Mass Utopia in East and West*, Cambridge: The MIT Press, 2000; e *Thinking Past Terror: Islamism and Critical Theory on the Left*, London: Verso, 2003.

O pequeno volume tem origem em um ensaio publicado em *Critical Inquiry* em 2000, intitulado “Hegel e o Haiti”, que vem reunir-se a um segundo texto que discute as repercussões do primeiro. Buck-Morss, que aqui se propõe a “escrever história como filosofia política” (p. ix), nos apresenta uma extraordinária combinação de inspiração da teoria crítica com investigação politicamente apaixonada (e apaixonante) sobre o significado político do mundo contemporâneo. Faz isso revisitando, em primeiro lugar, a obra de uma figura chave da história da filosofia e da filosofia da história no século XIX – Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831).

O filósofo alemão, como nos lembra a autora, construiu sua obra sob o impacto da Era das Revoluções e foi um dos grandes responsáveis pela formulação intelectual da concepção de “universalidade”, cuja influência sobre as matrizes filosóficas e políticas da “modernidade” ocidental é inegá-

vel. Sua ideia de uma “História Universal”, compreendida como o devir teleológico dos valores universalizantes da “liberdade”, que se expressariam de modo mais completo nas conquistas políticas, morais e intelectuais da Europa, foi de fato uma poderosa justificativa ideológica do imperialismo.

É na tentativa de repensar a gênese da formulação hegeliana da “história universal” em sua relação com seu tempo que se lança inicialmente Buck-Morss, ao propor uma interpretação radicalmente distinta daquelas avançadas pelos muitos especialistas na obra do filósofo. Para fazer isso, orienta sua interrogação a um momento criativo chave da obra de Hegel, nos anos que precederam a publicação de *Filosofia do Espírito*, em 1807. Neste livro, na tentativa de dar conta do conteúdo e do sentido do devir da realidade humana, Hegel dedicava-se, entre outras coisas, a formular seu conceito de “dialética”. Em uma passagem célebre e comentadíssima, Hegel propunha a ideia da “dialética” através do confronto entre as consciências do escravo e do senhor. De um lado, o senhor, vivendo no mundo da “superabundância de necessidades” que é produzido pelo escravo, parece ser o pólo “independente” de uma relação que tem do outro lado alguém inteiramente subordinado, em um estado de dependência ligado à completa escassez. O se-

nhor é *sujeito* e o escravo *coisa*. Mas a contradição se revolve de modo inusitado: “na medida em que a dialética se desenvolve, o aparente domínio do senhor é revertido com sua consciência de que é, de fato, totalmente dependente do escravo” (p. 55). O escravo, através do seu trabalho e sujeição, toma consciência de si e torna-se capaz de confrontar sua própria negatividade, afirmando sua existência livre. A chave para a transformação e a renovação estava contida nessa imagem de contradição e superação, marca da lógica “dialética” da própria história entendida como “progresso” constante rumo à “liberdade”.

Essa passagem de Hegel foi sistematicamente lida pelos especialistas em sua obra como uma referência estritamente metafórica. Mesmo na tradição marxista (e, segundo Buck-Morss, especialmente nela), que transfigurou a tensão entre senhor e escravo na lógica da compreensão dialética da luta de classes, que teria como protagonista o proletariado “moderno” (isto é, “livre” e assalariado). Em todo caso, a oportunidade de uma “interpretação social” mais adequada da dialética do senhor e do escravo de Hegel foi perdida (p. 58). Essa é exatamente a tarefa a que se dedica Buck-Morss, que mostra ter sido o filósofo alemão um homem profundamente conectado com o seu tempo. Leitor assíduo dos principais diários europeus, quase certamente articulado na

juventude com vertentes radicais e anti-escravistas da maçonaria, Hegel havia sido “um observador agudo da ruptura da vida social que nós chamamos modernidade” (p. 6).

O argumento de *Hegel, Haiti, and Universal History* mostra que a “universalidade” de que falava Hegel havia brotado, decididamente, da tentativa de refletir filosoficamente sobre a ascensão do mercado mundial desterritorializado, da expansão colonial, do “monstruoso sistema de dependência mútua” (p. 5) que o capitalismo havia produzido e que havia conectado de modo inexorável os destinos de pessoas que viviam em todos os lugares do planeta. Desse mundo conectado, a escravidão era um elemento fundante e essencial. A “escravidão” de que falava em seu livro poderia ser, como quiseram alguns, uma imagem tirada da filosofia clássica grega, mas, como lembra Buck-Morss, Hegel simplesmente não poderia ignorar os eventos contemporâneos em Saint-Domingue (futuro Haiti), onde escravos nada metafóricos revoltavam-se com sucesso contra seus senhores de carne e osso.

Do mesmo modo, ele não poderia deixar de compartilhar algo que era certamente evidente ao público burguês letrado do qual fazia parte: a revolução haitiana havia sido “a prova de fogo crucial para os ideais do Iluminismo” (p. 42). Os intelectuais europeus do final do século XVIII e

início do XIX, bem como o seu público, “*estavam* pensando sobre a Revolução Haitiana precisamente porque ela desafiava o racismo de muitos dos seus preconceitos. Não era preciso apoiar a revolução escrava para reconhecer seu significado central para o discurso político. Mesmo na Era das Revoluções, os contemporâneos reconheceram a criação do Haiti como uma coisa extraordinária. E mesmo seus oponentes consideraram esses ‘eventos formidáveis’ como ‘dignos da contemplação dos filósofos’” (p. 51).

Não se trata, claramente, de tentar ver em Hegel um improvável defensor do protagonismo histórico dos africanos. Buck-Morss não se esquece nem por um momento de que Hegel foi, no mínimo, um “racista cultural”, responsável por definir o continente africano como um espaço sem história e cuja filosofia “forneceu por duzentos anos uma justificativa para as formas mais complacentes de eurocentrismo” (p. 75). Mas ela argumenta, convincentemente, que o jovem Hegel, como muitos de sua geração, acompanhou de perto os acontecimentos do Haiti e seus desdobramentos e foi profundamente afetado por eles.

Que ninguém tenha apontado o paralelismo evidente entre a imagem utilizada pelo filósofo alemão e os eventos extraordinários que aconteciam no outro lado do Atlântico nos

mesmos anos em que ele escrevia seu livro em Jena é por si só revelador do esforço intelectual descomunal que se fez para remover a escravidão das origens da modernidade. Com a exceção de intelectuais negros como Eric Williams e C.L.R. James – a quem o livro presta seu tributo – a busca por superar este equívoco mais ou menos deliberado não havia, até recentemente, sido feita pela reflexão histórica, mesmo aquela comprometida com o pensamento crítico. O trabalho de Buck-Morss vem juntar -se aos esforços em curso para superar esse estado de coisas.

Se tivesse se contentado em revelar este episódio fascinante de uma história intelectual voltada a exorcisar a presença silenciada da escravidão na cultura do Iluminismo, o livro já teria alcançado resultados relevantes. Entretanto, a originalidade do trabalho não se limita (o que não é pouco) a reinterpretar a obra de Hegel, mostrando que a formulação de sua ideia de “universalidade” foi um momento original, em que “a filosofia rompe as fronteiras do mundo acadêmico e se torna um comentário sobre a história do mundo” (p. 60). A autora pretende mais, dedicando-se à tarefa de arrebatar das mãos do filósofo alemão a própria ideia de uma história “universal”.

Na busca desse objetivo, Buck-Morss passa a explorar o significado da conexão entre os acontecimentos

no Haiti, bem como a escravidão e a luta anti-escravista, e a construção da narrativa histórica contemporânea. Nesse contexto, o leitor atento à história social da escravidão e do abolicionismo reencontrará duas referências fundamentais, com quem a autora dialoga de perto na segunda parte do livro: os trabalhos de David Brion Davis (em especial *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*) e de Marcus Rediker e Peter Linebaugh (*A hidra de muitas cabeças*). Buck-Morss retoma a polêmica ácida entre Davis e os autores de *A hidra* na ocasião da publicação deste último livro<sup>3</sup>. Reivindicando a complementaridade dos trabalhos dos autores envolvidos na polêmica, ela extrai do debate (que é discutido com atenção) um elemento importante para o seu próprio argumento a respeito da necessidade de recompor a narrativa fundacional do mundo contemporâneo sobre bases completamente distintas daquela produzida pela historiografia tradicional. Seria preciso, em suas palavras, resgatar “a ideia de uma história humana universal dos usos que a dominação branca lhe deu.” (p. 75).

<sup>3</sup> Ela se refere aqui, sobretudo, à resenha de David Brion Davis, “Slavery: White, Black, Muslim, Christian”, *New York Review of Books*, v. 48, n. 11 (5 de julho de 2001); e a réplica (seguida de tréplica) de Marcus Rediker e Peter Linebaugh, “‘The Many-Headed Hydra’: An Exchange”, *New York Review of Books*, v. 48, n. 14 (2001).

Para Buck-Morss, o projeto de construir um relato alternativo e politicamente orientado da gênese da modernidade, dando o lugar devido à escravidão e à luta pela liberdade, não deveria levar a uma “contranarrativa” da anti-“modernidade” definida pela simples inversão de sinais (atribuindo desta vez a negatividade à Europa e colocando seus “outros” no pólo positivo). Como argumenta a autora – apoiando-se nas fontes historiográficas pertinentes – o relato da Revolução haitiana e seus desdobramentos não pode ser lido na chave do melodrama histórico, isto é, do enfrentamento entre o “bem” e o “mal” no palco antilhano, já que não se acomoda em um “conto de redenção histórica” (p. 144)..

O sentido da experiência do Haiti não se resume à radicalidade contida na sua primeira constituição, que definia todos os habitantes como “cidadãos” e franceses, não importando sua cor ou nacionalidade. Trata-se também da história do que aconteceu depois: do compromisso do Haiti independente com a continuidade do trabalho forçado nas *plantations*; da repressão aos praticantes do vodu e dos agricultores independentes da ilha; do abandono das pretensões universalizantes da República com a Constituição assinada por Dessalines, que aboliu por decreto as distinções de cor transformando todos os cidadãos em “*noirs*”; seguida da elimina-

ção física dos “brancos” da ilha, assim como o próprio assassinato de Dessalines, e tudo o mais que se seguiu na história conturbada dessa nação que ainda se reflete nas tragédias contemporâneas.

Ainda assim (e por isso mesmo), a história do Haiti tal como se mostra no argumento de Buck-Morss é uma peça chave para a compreensão da gênese da nossa própria modernidade. Assim, dessa “história que não é apenas sobre as virtudes do Haiti e os pecados da Europa”, o que se pretende extrair é também o “‘lado escuro’ de ambas as experiências da modernidade” (p. 96), que precisam ser levados em consideração na compreensão do seu legado ambíguo para a construção do mundo contemporâneo. Partindo do entendimento de Walter Benjamin, para quem “a alegoria é o modo de percepção peculiar a um tempo de ruptura social [...], quando o sofrimento humano e a ruína material são o estofado e a substância da experiência histórica” (p. 127), na segunda parte do livro, Buck-Morss também discute os significados do vodu haitiano, acrescentando um elemento essencial ao seu argumento sobre o caráter absolutamente “moderno” da experiência da nação caribenha. Assim, dedica-se a uma exploração das reinterpretações possíveis e contraditórias do evento fundador da Revolução – a cerimônia de vodu acontecida no Bois Caïman e

que teria sido o estopim da revolta escrava. Contrastando e comparando a maçonaria e a religião haitiana – reinventadas no Novo Mundo –, com sua estrutura “sincrética”, “aberta e aditiva”, cheias daquele “resíduo humano” que a síntese hegeliana pretendia superar, Buck-Morss identifica no caráter “alegórico” das imagens, representações e emblemas mobilizados nas cerimônias do vodu o embrião de uma filosofia moderna da história. As crenças e instituições africanas reinventadas na América sob o impacto da escravidão teriam construído a interpretação da experiência histórica como “catástrofe” (p. 127).

Mas não é apenas o caráter “alegórico” que alimenta a reflexão sobre a modernidade original da experiência haitiana avançada por Buck-Morss, que não perde de vista que a posição de “vanguarda” que o Haiti ocupa na história da modernidade também está ligada a “sua experiência precoce de dependência empobrecida sob a economia global, [...] sua luta precoce contra as políticas ocidentais de genocídio e sua articulação hierárquica e pós-colonial das elites sociais” (pp. 137-8).

O argumento provocativo do livro de Buck-Morss, de retomada do projeto de uma “Filosofia da História” – isto é, do esforço intelectual de extrair sentido do desenvolvimento temporal da vida humana coletiva em um contexto global – articula-se com a busca

política explícita por um “novo humanismo” que sai em busca de raízes históricas com as quais alimentar, nas suas palavras, a “consciência de uma comum humanidade” (p. 133).

Lendo o seu livro e pensando no quadro presente das discussões políticas e intelectuais, é impossível não se perguntar sobre a pertinência de um programa do gênero, ou mesmo sobre a sua capacidade de engajar corações e mentes dos historiadores e críticos da contemporaneidade. Valeria realmente o esforço de ressuscitar a “história universal” e sua “filosofia da história” para o nosso tempo?

Buck-Morss certamente acha que sim: trata-se de subtrair as armas intelectuais das mãos do inimigo e, de certo modo, voltá-las contra ele. Hoje, tal como na Era das Revoluções, a ideia de pensar a história a partir de uma perspectiva “universal” é, em sua opinião, uma necessidade que brota da experiência comum, de compartilhar os mesmos dramas de um destino “globalizado”, muitas vezes imposto de forma brutal. Mas essa “universalidade” é profundamente problemática e contraditória: não pode mais se fundamentar em uma teleologia que se impõe desde “fora do tempo” à nossa experiência mundana. Ao contrário, será preciso construí-la a partir do nosso próprio tempo e da “espessura da ação humana” (p. 109), isto é, da sua complexidade e ambiguidade. Um projeto que não

poderá se alimentar de uma narrativa histórica “moralmente pura” sobre o passado (“Apenas uma história distorcida é moralmente pura”, nos diz Buck-Morss na p. 138), mas que também não é uma história cínica, passível de se escrever fora de qualquer horizonte de compromisso político.

Por todas essas coisas, o livro de Buck-Morss é também, e muito claramente, uma declaração e uma tomada de posição dentro de um debate sobre o significado político do mundo desigual, violento e globalizado em que vivemos, assim como uma reflexão formidável sobre como pensar historicamente pode nos ajudar a compreendê-lo. Ao fazer isso, do modo como o faz, bate de frente com os defensores de uma narrativa histórica instruída pelos ideais que brotam da idealização da experiência européia, bem como com sua agenda conservadora do “choque das civilizações”. Mas também está fadada a desagradar profundamente os críticos da “modernidade” que inves-

tem na recusa a qualquer pretensão universalizante, na defesa do multiculturalismo e das “modernidades alternativas”.

Breve, mas original e extensamente argumentado, o livro de Buck-Morss é uma provocação política e intelectual que não permite ao leitor a indiferença. Certamente controverso nas suas pretensões e nos seus resultados, será por isso mesmo leitura indispensável para aqueles comprometidos em pensar a relação entre a reflexão histórica e o engajamento político com o presente. Especialmente útil àqueles insatisfeitos, como este resenhista, com os caminhos que parte da historiografia e do pensamento crítico tomam ao emaranhar-se na política das identidades e muitas vezes sucumbirem à tentação de uma leitura moralizante do passado, perdendo assim a oportunidade de incorporar ao debate político para o qual pretendem contribuir, a complexidade e a ambiguidade necessárias para compreender nosso próprio presente.

*Henrique Espada Lima*

Universidade Federal de Santa Catarina